

A GESTÃO PÚBLICA E A QUALIDADE DA EDUCAÇÃO BÁSICA NO MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ – RO

Dayane Carvalho Alves¹
Vana Izabel de Araújo Chalender Camacho²

RESUMO: Este trabalho investiga como a gestão pública contribui para a qualidade da Educação Básica em São Francisco do Guaporé, Rondônia, buscando avaliar a eficácia de políticas públicas implementadas, comparar os dados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) com outras informações relevantes, e analisar a relação entre a gestão pública e os resultados educacionais no município. A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, focando na análise de documentos, especialmente o Plano Municipal de Educação (PME), que foi estabelecido pela Lei Municipal nº 1.237/2015. Também foram levados em conta dados do IDEB, iniciativas de revitalização das escolas municipais, a estrutura da rede escolar local (incluindo a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), o Centro Estadual de Educação de Jovens e Adultos (CEEJA) e a Escola Família Agrícola) e o uso de tecnologias, como a plataforma da Secretaria Municipal de Educação de São Francisco do Guaporé (SEMEC SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ). Os resultados indicam avanços significativos na modernização da infraestrutura escolar e na implementação de ferramentas tecnológicas de gestão, como a plataforma SEMEC SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ. Contudo, desafios persistentes foram identificados, notadamente a estagnação nos resultados do IDEB para os anos finais do Ensino Fundamental, a necessidade de fortalecer a formação continuada de professores e aprimorar o acompanhamento pedagógico nas escolas. A relevância deste estudo reside em fornecer subsídios para gestores e educadores, oferecendo diretrizes claras para futuras intervenções e o aprimoramento contínuo das políticas educacionais, visando impactar positivamente o planejamento e as práticas no município e em localidades com características semelhantes.

2026

Palavras-chave: Gestão pública. Educação básica. Políticas públicas. PME. São Francisco do Guaporé.

1 INTRODUÇÃO

A Educação Básica de qualidade constitui um direito social fundamental, inequivocamente assegurado pela Constituição Federal de 1988, e é universalmente reconhecida como um dos pilares essenciais para o pleno desenvolvimento humano e social de qualquer nação.

¹Discente no curso de gestão pública pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO).

²Orientadora - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO).

São Francisco do Guaporé, uma cidade localizada na região de Rondônia, com uma população estimada em pouco mais de 16 mil habitantes, serve como um exemplo elucidativo desses desafios. A população do município está significativamente dividida entre as zonas urbana e rural, com uma forte presença desta última. Essa característica demográfica impõe a necessidade de que as políticas públicas, notadamente aquelas direcionadas à área educacional, sejam concebidas e implementadas com uma sensibilidade aguçada às diferenças territoriais, culturais e sociais inerentes a esse contexto. A distribuição, muitas vezes desigual, de recursos e a considerável distância geográfica que separa as comunidades mais isoladas do centro urbano exercem um impacto direto e significativo sobre a maneira como o acesso à educação e a permanência dos estudantes nas escolas são assegurados e sustentados.

Nesse cenário de complexidade e desafios, a atuação do poder público municipal emerge como um fator decisivo. A responsabilidade primordial de garantir que as instituições de ensino funcionem com uma infraestrutura adequada, com professores devidamente capacitados e que disponham de materiais pedagógicos em quantidade e qualidade suficientes recai, em grande medida, sobre os gestores locais.

Entretanto, a missão de uma gestão pública educacional de qualidade não se limita apenas a oferecer as condições mínimas indispensáveis. Ela precisa ir além do básico, adotando uma postura estratégica, promovendo a participação democrática e orientando suas ações para resultados concretos que gerem uma diferença tangível e positiva na vida dos alunos e de toda a comunidade escolar.

2027

Se fazendo necessário analisar as métricas, para ter uma análise substancial quanto a real e material condição da gestão educacional pública, como se apresentará a seguir no decorrer do artigo.

É importante destacar a existência de projetos de expressão e iniciativas importantes, tais como os projetos de revitalização de escolas municipais e a implementação de sistemas digitais de gestão, a exemplo da plataforma SEMEC SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ. Tais ações evidenciam um compromisso por parte da gestão municipal com a melhoria contínua da rede de ensino.

Apesar dos esforços e da existência do Plano Municipal de Educação (PME) que visa nortear as ações, a complexidade inerente à gestão educacional em um município com as características de São Francisco do Guaporé suscita uma questão central: De que maneira a gestão pública municipal de São Francisco do Guaporé tem efetivamente contribuído para a

garantia da qualidade da Educação Básica? Considerando os desafios singulares de um ambiente com recursos limitados e necessidades educacionais diversificadas qual a relação entre as políticas implementadas e os resultados observados, como os indicadores do IDEB?

A lacuna entre o direito constitucional à educação de qualidade e a realidade prática em contextos rurais e de pequeno porte, agravada por desafios logísticos, de infraestrutura e de recursos humanos, configura o cerne do problema que este estudo se propõe a explorar. Pois se faz necessário compreender que a previsão em texto de um direito, não se traduz automática e garantidamente em capacidade de efetivação plena, em se tratando de manifestação político-jurídica no mundo sensível, através de gestão de recursos finitos e por vezes, precários.

Com base no problema de pesquisa delineado, este trabalho se propõe a um objetivo geral e a objetivos específicos que guiarão a análise. O objetivo geral é analisar criticamente a atuação da gestão pública municipal na promoção da qualidade da Educação Básica em São Francisco do Guaporé, tendo como principal referencial e eixo norteador o Plano Municipal de Educação (PME), instituído pela Lei Municipal nº 1.237/2015. Este plano, concebido para ser uma bússola para os gestores educacionais, estabelece metas alinhadas às diretrizes nacionais e compromissos locais para aprimorar o ensino. Para alcançar este objetivo geral, o estudo se propõe a: I. Avaliar a eficácia das políticas públicas implementadas pela gestão municipal, confrontando-as com as metas estabelecidas no PME; II. Comparar os dados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) do município com informações contextuais e as metas do PME, buscando identificar avanços e lacunas no desempenho educacional; III. Analisar a relação entre as ações da gestão pública (incluindo a revitalização de escolas, o uso de tecnologias como a plataforma SEMEC SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ, e o apoio a instituições como APAE e CEEJA) e os resultados educacionais alcançados, com foco na identificação de pontos fortes e áreas que demandam maior atenção; IV. Identificar e discutir os principais desafios enfrentados pela gestão pública na garantia da qualidade da educação básica no município; V. Propor recomendações e diretrizes para o aprimoramento contínuo das políticas e práticas educacionais em São Francisco do Guaporé, visando uma gestão mais eficiente, democrática e comprometida com a aprendizagem de todos os estudantes.

A relevância deste estudo é substancial, tanto no âmbito acadêmico quanto para a prática da gestão educacional local. Explorar o papel da gestão pública em um município de pequeno porte e com características rurais, como São Francisco do Guaporé, é fundamental para desvelar

os desafios singulares que emergem na implementação de políticas públicas em contextos descentralizados.

A autora, enquanto estudante de Gestão Pública e residente do município, possui uma perspectiva única sobre os efeitos concretos das ações administrativas no cotidiano das escolas e das famílias, o que reforça a urgência de uma gestão comprometida, com planejamento estratégico e foco na equidade. Além disso, a análise do Plano Municipal de Educação (PME) — uma ferramenta legal vital para as políticas educacionais locais — permite avaliar sua execução, limitações e potencialidades, fornecendo subsídios valiosos para futuras intervenções e para a construção de propostas mais alinhadas à realidade e aos objetivos de uma educação pública de qualidade para todos.

2. GESTÃO PÚBLICA NA EDUCAÇÃO

A gestão educacional, em sua concepção contemporânea, transcende a mera administração de recursos, posicionando-se como um campo estratégico para a promoção da qualidade do ensino e a garantia do direito à educação. Esta seção busca apresentar as principais correntes teóricas e conceituais que embasam a compreensão da gestão pública na educação básica, com foco na dinâmica entre políticas públicas, contexto local e resultados educacionais.

2029

Autores como Heloísa Lück, Dermeval Saviani e José Carlos Libâneo são referenciais cruciais para entender as dimensões pedagógica, democrática e participativa que se exigem da gestão. Paralelamente, a discussão sobre o financiamento e a transparência na aplicação de recursos, bem como o uso de indicadores de desempenho e a incorporação de tecnologias, são elementos essenciais para uma análise holística da eficácia da gestão pública educacional.

2.1. Conceito de gestão pública

Heloísa Lück (2009) ressalta que a gestão da educação deve ser intrinsecamente estratégica, participativa e orientada para resultados, preconizando uma integração sinérgica entre escola, comunidade e poder público. Para a autora, um modelo de gestão comprometido atua como catalisador, promovendo a articulação de saberes e práticas que favoreçam tanto a aprendizagem efetiva dos alunos quanto o desenvolvimento profissional contínuo dos professores. No entanto, a aplicação irrestrita desse modelo participativo pode enfrentar desafios em contextos com baixa mobilização social ou com estruturas de governança mais centralizadas.

Complementarmente, Dermeval Saviani (2005) advoga por uma educação que seja fundamentalmente democrática, capaz de impulsionar a emancipação do indivíduo e catalisar a transformação social. Em sua perspectiva, a escola transcende seu papel de mero transmissor de conhecimento, configurando-se como um espaço vital para a formação crítica e cidadã, o que só se torna factível sob uma gestão que compreenda a educação como uma política pública de caráter estruturante.

A visão savianiana, embora poderosa em seu ideal, desafia as realidades de sistemas educacionais burocratizados e por vezes distantes das necessidades locais.

José Carlos Libâneo (2001) reforça essa perspectiva ao destacar a centralidade da gestão democrática, argumentando que a participação ativa da comunidade escolar nas decisões é um caminho indispensável para tornar a escola mais eficaz, inclusiva e alinhada com as expectativas sociais. Contudo, a efetivação da gestão democrática muitas vezes esbarra em questões de capacitação, representatividade e na superação de estruturas hierárquicas arraigadas.

2.2. Gestão Democrática e Participativa na Educação (LDB, Fundeb, Plano Nacional de Educação)

2030

Além dos aspectos pedagógicos e participativos, o financiamento da educação ocupa uma posição central nas discussões sobre gestão. O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB) constitui, atualmente, a principal fonte de recursos para a educação básica no Brasil.

Francisco Gaetani (2020) sublinha que uma gestão pública eficiente deve buscar a máxima eficiência e total transparência na aplicação desses recursos, sempre com o foco inabalável no bem coletivo e fundamentada em evidências. Isso implica que os recursos devem ser aplicados de forma planejada, com rigoroso acompanhamento técnico e efetiva prestação de contas à sociedade.

A limitação aqui reside em como garantir essa eficiência e transparência em municípios com estruturas administrativas mais enxutas ou com menor capacidade técnica para a gestão e fiscalização de grandes volumes de recursos.

A mensuração da qualidade educacional é outro pilar fundamental. Indicadores como o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) são ferramentas cruciais para aferir a aprendizagem dos alunos e o desempenho das escolas. Eles fornecem dados concretos que

auxiliam na definição de prioridades, na correção de rotas e na avaliação do impacto das políticas públicas.

No entanto, a dependência excessiva de indicadores quantitativos pode, por vezes, negligenciar aspectos qualitativos da educação, como o bem-estar dos alunos, a diversidade pedagógica e o desenvolvimento integral.

Recentemente, a tecnologia tem se consolidado como um vetor de modernização na gestão educacional. Em São Francisco do Guaporé, a prefeitura tem implementado a plataforma SEMEC SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ como uma ferramenta para o acompanhamento e gestão da rede municipal de ensino. Essa plataforma representa um avanço significativo em direção à otimização da gestão escolar, promovendo maior eficiência, organização e controle sobre os processos pedagógicos e administrativos.

Todavia, a mera implementação de tecnologias não garante seu sucesso; a capacitação de usuários, a infraestrutura de acesso e a integração com as práticas pedagógicas são desafios que acompanham sua adoção.

2.3. Políticas Públicas Educacionais no Brasil

A literatura revisada oferece um arcabouço teórico sólido para compreender a gestão educacional e seus desafios. No entanto, observa-se uma lacuna em estudos que analisem de forma aprofundada a intersecção entre as teorias de gestão democrática e estratégica e a realidade prática da implementação de políticas educacionais em municípios brasileiros de pequeno porte, especialmente aqueles com características rurais e população dispersa, como São Francisco do Guaporé.

A maioria dos estudos foca em grandes centros urbanos ou análises macro, deixando um espaço para investigações que detalhem como os princípios de gestão se materializam (ou falham em se materializar) em contextos com recursos limitados e demandas específicas, e como indicadores como o IDEB refletem essa dinâmica. O presente estudo busca preencher essa lacuna, examinando as particularidades da gestão em São Francisco do Guaporé e a efetividade do Plano Municipal de Educação (PME) nesse cenário.

Enquanto estudos como os de Lück (2009) e Libâneo (2001) estabelecem a base conceitual para a gestão democrática e participativa, a aplicação desses princípios em São Francisco do Guaporé, conforme analisado neste trabalho, revela a complexidade de sua adaptação. A revitalização de escolas e a adoção da plataforma SEMEC SÃO FRANCISCO DO

GUAPORÉ podem ser vistas como concretizações dos ideais de eficiência e modernização apontados por Gaetani (2020).

Contudo, a estagnação nos resultados do IDEB para os anos finais do Ensino Fundamental, mesmo com esses avanços, indica que a mera disponibilização de infraestrutura e tecnologia não é suficiente para garantir a melhoria da aprendizagem, reforçando a necessidade de políticas mais focadas no pedagógico e na formação continuada dos professores.

As implicações teóricas desta pesquisa residem na validação e na contextualização dos modelos de gestão propostos pelos autores. Demonstra-se que, embora os princípios sejam universais, sua operacionalização em realidades específicas como a de São Francisco do Guaporé exige adaptações e ressalta a importância de um olhar micro sobre os impactos das políticas. Praticamente, este estudo oferece um diagnóstico localizado da gestão educacional, identificando pontos de sucesso e gargalos.

Com base nesses referenciais teóricos e nas práticas locais observadas, este trabalho oferece uma análise crítica e propositiva sobre o papel da gestão pública educacional no município, contribuindo para o debate sobre como transformar o direito à educação em uma realidade concreta e transformadora, fornecendo evidências para a tomada de decisão.

Se faz imprescindível reconhecer que esta revisão de literatura, embora abrangente em relação aos conceitos fundamentais da gestão educacional, não esgota todas as vertentes teóricas possíveis.

2032

Focou-se nos autores e conceitos mais diretamente relacionados à gestão democrática, estratégica e ao financiamento, que são cruciais para a análise do contexto de São Francisco do Guaporé.

Outras perspectivas, como as teorias críticas da educação ou abordagens mais aprofundadas sobre a formação docente, foram abordadas apenas tangencialmente, sendo o foco principal a dimensão gerencial e de políticas públicas.

3. QUALIDADE DA EDUCAÇÃO BÁSICA

O município de São Francisco do Guaporé, localizado no interior do estado de Rondônia, apresenta um conjunto de características materiais e contextuais que moldam significativamente a atuação da gestão pública, com reflexos diretos na provisão de serviços essenciais, incluindo a educação básica. Com uma população estimada em pouco mais de 16 mil

habitantes, o território municipal é notável pela sua expressiva divisão entre as zonas urbana e rural.

Essa particularidade demográfica não é apenas um dado estatístico; ela configura uma realidade material de dispersão populacional que impõe desafios logísticos e estruturais consideráveis para a administração pública.

A distância geográfica que separa as comunidades mais isoladas do centro urbano emerge como um fator material determinante. Essa condição territorial se traduz em desafios práticos, como a limitação do transporte escolar, uma questão infraestrutural que impacta diretamente o acesso e a permanência dos estudantes das áreas rurais nas escolas.

A infraestrutura geral do município, incluindo vias de acesso e a disponibilidade de serviços básicos em áreas mais remotas, embora não detalhada em dados específicos neste estudo, é um pano de fundo material que condiciona a efetividade das políticas públicas descentralizadas.

Adicionalmente, a própria condição de um município de pequeno porte no interior do estado implica em um cenário de recursos, muitas vezes, mais limitados, tanto em termos financeiros quanto de capacidade técnica e de pessoal. Essa "materialidade" dos recursos disponíveis influencia a capacidade da gestão em implementar ações robustas e contínuas.

2033

A infraestrutura das escolas, por exemplo, embora tenha recebido investimentos em revitalização, reflete essa realidade, necessitando de atenção constante para garantir ambientes adequados. A gestão pública local, portanto, opera sob um conjunto de restrições materiais que exigem criatividade, eficiência e priorização na alocação dos investimentos para impactar positivamente a vida da população e a qualidade da educação básica. As ações e os desafios discutidos no artigo são, em grande medida, respostas a esse contexto material específico do município.

4. METODOLOGIA

O presente estudo adota uma abordagem qualitativa, a qual se mostra particularmente adequada para a compreensão aprofundada dos fenômenos sociais e educacionais em seu contexto natural, permitindo uma análise interpretativa das dinâmicas que envolvem a gestão pública e a qualidade da educação básica no município de São Francisco do Guaporé – RO. Conforme a perspectiva de CUSATI (2021), a pesquisa qualitativa é essencial para explorar questões complexas e entender as diversas perspectivas dos envolvidos, embora, no presente

trabalho, a investigação se concentre predominantemente na análise de documentos e não envolva a participação direta de indivíduos por meio de entrevistas ou outros métodos de coleta de dados primários de campo. O delineamento metodológico caracteriza-se, portanto, como um estudo de caso focado na realidade específica de São Francisco do Guaporé, o que permite uma imersão detalhada nas particularidades locais da gestão educacional.

Para tanto, o trabalho fundamentou-se essencialmente em pesquisa documental e bibliográfica, elementos que permitiram a coleta e a análise de informações pertinentes ao tema. A coleta de dados baseou-se primordialmente na análise documental, consultando-se documentos oficiais de domínio público que oferecem insights cruciais sobre a gestão educacional e o desempenho da educação básica no município.

O principal documento analisado foi a Lei Municipal nº 1.237/2015, que instituiu o Plano Municipal de Educação (PME) de São Francisco do Guaporé. Este plano foi o eixo central da investigação, sendo escrutinado para identificar as metas, as estratégias e as ações propostas pela gestão municipal para a educação básica. Complementarmente, foram acessados os dados históricos do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) referentes ao município, disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

2034

Tais dados foram cruciais para contextualizar os resultados educacionais ao longo do tempo e para compará-los com as metas estabelecidas no PME. Por fim, relatórios e informações públicas da Secretaria Municipal de Educação de São Francisco do Guaporé (SEMEC SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ) foram examinados, incluindo relatórios de gestão, prestação de contas e outras publicações oficiais que detalham as ações, os projetos e os resultados da secretaria no âmbito municipal. É fundamental reiterar que este estudo não envolveu a realização de entrevistas com gestores, professores, pais ou quaisquer outros atores da comunidade escolar, concentrando-se de forma exclusiva na análise dos dados secundários e documentos oficiais para atender aos objetivos de pesquisa propostos.

A análise dos dados coletados seguiu os preceitos da análise de conteúdo, conforme a metodologia proposta por CUSATI (2021), adaptada especificamente para o contexto de uma pesquisa documental. Este método permitiu a sistematização e a interpretação qualitativa das informações extraídas dos documentos.

O processo de análise compreendeu etapas sequenciais, iniciando-se com a pré-análise, que envolveu uma leitura flutuante dos documentos para uma primeira imersão no conteúdo e

a constituição do corpus de análise, facilitando a familiarização com os textos e a identificação de temas e conceitos recorrentes. Em seguida, procedeu-se à exploração do material, com a categorização das informações relevantes, buscando-se identificar e agrupar os objetivos, as ações, os resultados e os desafios relacionados à gestão pública da educação e à qualidade do ensino, por meio da criação de categorias temáticas.

Finalmente, a etapa de tratamento dos resultados, inferência e interpretação consistiu na discussão das informações categorizadas à luz do referencial teórico previamente apresentado, estabelecendo-se relações entre as diretrizes do PME, as ações da gestão e os resultados observados nos dados do IDEB e em outras fontes documentais, com o intuito de compreender as causas e os efeitos das intervenções.

A análise focou na identificação de avanços, lacunas e boas práticas implementadas. No que tange especificamente ao levantamento de dados sobre o uso da tecnologia, como a plataforma SEMEC SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ, a análise foi realizada por meio da consulta aos relatórios e comunicados oficiais da Secretaria Municipal de Educação que abordavam a implementação, a funcionalidade e o alcance dessa ferramenta. Buscou-se, assim, identificar informações sobre o propósito da plataforma, seu escopo de utilização, os usuários envolvidos e os impactos documentados em termos de eficiência e transparência da gestão.

2035

A articulação entre a análise documental detalhada, os dados do IDEB e a revisão de literatura permitiu, portanto, uma compreensão aprofundada da atuação da gestão pública municipal e a formulação de considerações e recomendações pertinentes para o aprimoramento da educação básica em São Francisco do Guaporé.

5. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Esta seção apresenta os resultados obtidos por meio da análise documental realizada, conforme a metodologia descrita anteriormente, buscando evidenciar a atuação da gestão pública municipal na educação básica em São Francisco do Guaporé. As informações foram organizadas para fornecer uma visão objetiva dos avanços observados e dos desafios persistentes, com base nos achados do Plano Municipal de Educação (PME), dos dados do IDEB e dos relatórios da Secretaria Municipal de Educação de São Francisco do Guaporé (SEMEC SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ).

5.1 O Plano Municipal de Educação de São Francisco do Guaporé

A análise do Plano Municipal de Educação (PME), instituído pela Lei Municipal nº 1.237/2015, revelou a existência de um conjunto de metas e diretrizes que norteiam a busca pela melhoria contínua da educação básica no município. O documento explicita objetivos estratégicos que abrangem a universalização do atendimento, a elevação da qualidade da aprendizagem, a valorização dos profissionais da educação e o fortalecimento da gestão democrática, estabelecendo expectativas claras para o desempenho educacional e para o desenvolvimento da infraestrutura. O PME serve como um instrumento de planejamento fundamental para a gestão educacional local.

5.2 Ações da Gestão Municipal

No tocante às ações da gestão municipal, os documentos analisados indicaram que esforços têm sido direcionados para a revitalização da infraestrutura escolar. Registros nos relatórios da SEMEC SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ apontam para a realização de reformas, ampliações e outras melhorias em diversas unidades escolares da rede pública, visando aprimorar os espaços físicos e as condições de aprendizado. A incorporação de tecnologia na gestão educacional também se destaca como uma iniciativa relevante.

2036

A implementação da plataforma SEMEC SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ foi identificada como um esforço para otimizar processos administrativos e pedagógicos na rede, com a introdução da ferramenta em um período recente e a capacitação de profissionais da educação para utilizá-la. A plataforma possui funcionalidades que buscam facilitar a gestão de informações, o acompanhamento do desempenho e a comunicação entre os diversos atores do ambiente escolar.

Contudo, apesar desses avanços observados em infraestrutura e tecnologia, a análise dos relatórios também indicou que persistem desafios relacionados à formação continuada de professores e ao acompanhamento pedagógico. Embora tenham sido registradas ações de formação, o impacto efetivo na prática docente e a adesão de todos os profissionais não são detalhados nas fontes consultadas. Além disso, a rotatividade de professores em algumas escolas, particularmente em áreas mais afastadas, emergiu como um ponto que demanda gestão para garantir a continuidade pedagógica.

5.3 Indicadores do IDEB

Em relação aos resultados de desempenho educacional, a análise dos dados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) para São Francisco do Guaporé revelou um panorama diversificado. Para os Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano), o IDEB do município apresentou resultados que indicam um certo patamar de desempenho, com variações ao longo do tempo. Por outro lado, para os Anos Finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º ano), os dados do IDEB sugerem uma estagnação ou um crescimento limitado, não alcançando, em certos períodos, as metas projetadas. Essa situação para os anos finais aponta para um desafio específico que demanda atenção da gestão educacional.

Ano	Anos Iniciais	Meta	Resultado	Anos Finais	Meta	Resultado
2017	5.0	4.9	4.7	4.3	4.1	3.9
2019	5.2	5.0	4.8	4.5	4.2	4.0
2021	5.4	5.1	5.0	4.7	4.3	4.1

Fonte: QEDU (<https://qedu.org.br/municipio/1101492-sao-francisco-do-guapore/ideb>)

Esses dados³ destacam a urgência de implementar ações focadas na melhoria da formação dos professores, no apoio pedagógico aos alunos e no fortalecimento da gestão escolar.

2037

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo propôs-se a analisar a atuação da gestão pública municipal na promoção da qualidade da Educação Básica em São Francisco do Guaporé, Rondônia, tomando como principal referencial o Plano Municipal de Educação (PME) instituído pela Lei Municipal nº 1.237/2015. Por meio de uma abordagem qualitativa pautada na pesquisa documental, buscou-se avaliar a eficácia das políticas públicas implementadas, comparar os dados do IDEB com informações relevantes da gestão e analisar a relação entre as ações administrativas e os resultados educacionais.

Ao longo da investigação, evidenciou-se que a gestão municipal tem trabalhado em conformidade com as diretrizes do PME, promovendo ações significativas, como a

³ BRASIL. Dados IDEB do Município São Francisco do Guaporé. QEDU, 2024. Disponível em: <https://qedu.org.br/municipio/1101492-sao-francisco-do-guapore/ideb>. Acesso em 09 de jul de 2025

modernização da infraestrutura escolar e a ampliação do uso de tecnologias. Contudo, a análise aprofundada também revelou desafios persistentes, sobretudo no que tange à aprendizagem nos anos finais do Ensino Fundamental, à necessidade de fortalecer a formação continuada de professores e aprimorar o acompanhamento pedagógico nas escolas.

Os resultados obtidos reiteram a complexidade de se assegurar uma educação básica de qualidade em municípios com as características de São Francisco do Guaporé. A modernização da infraestrutura, com reformas e ampliações em diversas unidades escolares, representa um avanço tangível que impacta diretamente o ambiente de aprendizagem, alinhando-se à visão de uma gestão que oferece as condições materiais necessárias para o ensino. Da mesma forma, a implementação da plataforma SEMECSÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ reflete um movimento em direção à eficiência e à transparência, conforme discutido por Gaetani (2020), ao otimizar processos administrativos e pedagógicos por meio da tecnologia.

Como moradora e estudante do curso de Gestão Pública, foi possível observar de perto como o contexto local de São Francisco do Guaporé influencia diretamente a realidade das escolas e os desafios enfrentados. Muitas vezes, as dificuldades extrapolam a mera carência de recursos financeiros, englobando questões como a limitação do transporte escolar, a alta rotatividade de professores, a inadequação da infraestrutura física e a escassez de programas de formação continuada para os educadores.

2038

Essas ações são dignas de nota, pois demonstram um esforço proativo da gestão em responder às demandas contemporâneas da educação e em utilizar ferramentas que podem, em tese, aprimorar a comunicação e a organização da rede. Tais iniciativas são a concretização de aspectos da gestão estratégica preconizada por Lück (2009), que defende a articulação de esforços para resultados.

No entanto, a análise dos indicadores do IDEB, especialmente a estagnação nos anos finais do Ensino Fundamental, aponta para uma dissonância entre os avanços em infraestrutura e tecnologia e a melhoria efetiva dos resultados de aprendizagem. Isso sugere que a qualidade da educação não se resume apenas a investimentos materiais e administrativos, mas exige uma atenção mais aprofundada aos processos pedagógicos e à valorização do corpo docente. A dificuldade em impulsionar o IDEB nos anos finais pode ser um reflexo da complexidade dessa etapa educacional, que frequentemente lida com desafios como maior taxa de reprovação, evasão e a necessidade de metodologias de ensino mais engajadoras. Além disso, a rotatividade

de professores e a necessidade de aprimorar a formação continuada, evidenciadas na discussão, são fatores críticos que podem minar a consistência do processo de ensino-aprendizagem.

Sem um corpo docente estável, bem capacitado e engajado, a implementação de qualquer PME e o uso de novas tecnologias podem ter seu impacto mitigado. Essa percepção alinha-se às perspectivas de Saviani (2005) e Libâneo (2001), que enfatizam que a escola como espaço de formação crítica e cidadã depende intrinsecamente da qualidade dos educadores e de uma gestão que promova a participação e o desenvolvimento integral de todos os envolvidos.

As contribuições deste estudo são múltiplas. No plano acadêmico, ele oferece uma análise localizada e qualitativa sobre a gestão pública educacional em um município de pequeno porte com características rurais, contribuindo para preencher uma lacuna na literatura que muitas vezes foca em grandes centros. Ao correlacionar as diretrizes do PME, as ações da gestão e os indicadores de desempenho, o trabalho fornece um diagnóstico detalhado que pode servir de base para pesquisas comparativas futuras. No plano prático, a pesquisa oferece um panorama crítico e propositivo para a própria gestão de São Francisco do Guaporé. Os achados podem subsidiar gestores e educadores na formulação de novas estratégias e no aprimoramento das políticas educacionais locais, direcionando esforços para as áreas que mais demandam intervenção.

2039

A identificação de pontos de sucesso e, principalmente, de gargalos, permite uma tomada de decisão mais informada e direcionada à realidade do município, com o potencial de impactar diretamente o planejamento educacional e as práticas pedagógicas.

Em vista dos resultados e das discussões, algumas recomendações para a gestão pública de São Francisco do Guaporé tornam-se imperativas para o aprimoramento contínuo da qualidade da Educação Básica. Primeiramente, é crucial que o monitoramento do PME seja aprimorado, com revisões periódicas das metas e estratégias, garantindo que o plano não seja apenas um documento, mas uma ferramenta viva de planejamento e avaliação.

Essa revisão deve incluir a análise aprofundada dos resultados do IDEB dos anos finais, buscando entender as causas específicas da estagnação e desenvolvendo ações corretivas direcionadas. Segundo investir de forma mais robusta na formação continuada de professores é fundamental.

As ações de formação devem ser sistemáticas, alinhadas às necessidades pedagógicas específicas das diferentes etapas do ensino e dos desafios locais, e acompanhadas de perto para mensurar seu impacto na prática docente e na aprendizagem dos alunos.

Terceiro, é essencial fortalecer o acompanhamento pedagógico nas escolas, especialmente naquelas que apresentam os maiores desafios no IDEB. Isso pode envolver a criação de equipes de apoio pedagógico itinerantes, a oferta de mentorias para professores e diretores, e a implementação de programas de reforço escolar focados nas deficiências de aprendizagem.

Quarto, apesar do avanço com a plataforma SEMECSÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ, é necessário garantir que a tecnologia seja plenamente integrada ao processo pedagógico, e não apenas uma ferramenta administrativa, explorando seu potencial para o ensino-aprendizagem e para a comunicação eficaz com pais e alunos.

Por fim, a gestão deve buscar parcerias com outras esferas governamentais e a sociedade civil organizada, bem como com instituições de ensino superior, para captar recursos, expertise e desenvolver projetos inovadores que complementem os esforços locais, especialmente no enfrentamento da rotatividade de professores e na atração de talentos para a rede. A promoção de uma cultura de colaboração e corresponsabilidade é vital para superar os desafios impostos pela realidade de um município de pequeno porte e rural.

É importante reconhecer as limitações deste estudo. Por se tratar de uma pesquisa de caráter qualitativo e predominantemente documental, suas conclusões estão fundamentadas nas informações disponíveis em documentos oficiais e na literatura, não incluindo a perspectiva de campo de gestores, professores, pais ou alunos. A ausência de entrevistas e observações diretas limita a compreensão de aspectos subjetivos e da percepção dos atores sobre as políticas e suas implementações. Além disso, a análise dos dados do IDEB foi baseada em dados públicos agregados, sem acesso a informações mais desagregadas que poderiam fornecer nuances adicionais sobre o desempenho.

2040

Para futuras pesquisas, sugere-se a realização de estudos que incluam metodologias de campo, como entrevistas e grupos focais com os diferentes atores da comunidade escolar (professores, diretores, coordenadores pedagógicos, pais e alunos), para capturar suas percepções sobre a gestão e os desafios enfrentados.

Investigar a efetividade dos programas de formação continuada de professores e do uso da tecnologia sob a ótica dos usuários finais também seria de grande valia. Adicionalmente, estudos de caso comparativos com municípios de características semelhantes poderiam oferecer insights sobre boas práticas e soluções inovadoras para os desafios educacionais.

Por fim, uma análise mais aprofundada sobre as causas da rotatividade de professores em São Francisco do Guaporé e seus impactos na qualidade do ensino poderia gerar subsídios importantes para políticas de atração e retenção de talentos. Acredita-se que este estudo, com suas conclusões e recomendações, representa um passo importante para a compreensão e o aprimoramento da gestão educacional em São Francisco do Guaporé, reafirmando o compromisso com o direito à educação básica de qualidade para todos os seus cidadãos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

BRASIL. **Dados IDEB do Município São Francisco do Guaporé**. QEDU, 2024. Disponível em: <https://qedu.org.br/municipio/1101492-sao-francisco-do-guapore/ideb>. Acesso em 09 de jul de 2025.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 26 jun. 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm

CUSATI, Iracema; DOS SANTOS, Neide Elisa Portes; CUSATI, Raphael Campos. Metodologia qualitativa nas pesquisas em Educação: ensaio a partir dos estudos sobre Formação e Desenvolvimento Profissional Docente. **Conjecturas**, Parnaíba, v. 21, n. 7, p. 335-351, jul. 2021.

2041

GAETANI, Francisco. **Gestão Pública no Brasil Contemporâneo**. Brasília, DF: ENAP, 2020.

INEP. **IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica**. Brasília, DF: INEP, [s.d.]. Disponível em: <https://ideb.inep.gov.br>. Acesso em: 04 de jul de 2025

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e Gestão da Escola: teoria e prática**. 4. ed. Campinas: Papirus, 2001.

LÜCK, Heloísa. **Gestão Educacional: uma questão paradigmática**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e Democracia**. 38. ed. Campinas: Autores Associados, 2005.

SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ. Lei Municipal nº 1.237, de 16 de setembro de 2015. Aprova o Plano Municipal de Educação (PME) de São Francisco do Guaporé e dá outras providências. **Diário Oficial dos Municípios de Rondônia**, São Francisco do Guaporé, RO, 17 set. 2015.

SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ. Secretaria Municipal de Educação. **Relatórios públicos**. São Francisco do Guaporé, RO, 2024.